



Número: **0800186-95.2019.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **02/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.400,00**

Assuntos: **ESPÉCIES DE CONTRATOS, SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE JAILSON DANTAS (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20228009	02/04/2019 09:11	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
20228035	02/04/2019 09:11	<a href="#">1.PROCURAÇÃO</a>	Procuração
20228039	02/04/2019 09:11	<a href="#">2.RG E CPF</a>	Documento de Identificação
20228044	02/04/2019 09:11	<a href="#">3.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
20228049	02/04/2019 09:11	<a href="#">4.DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
20228057	02/04/2019 09:11	<a href="#">5.DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Documento de Comprovação
20228064	02/04/2019 09:11	<a href="#">6.CARTA DA SEGURADORA</a>	Documento de Comprovação
20228069	02/04/2019 09:11	<a href="#">7.BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
20228076	02/04/2019 09:11	<a href="#">8.DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO</a>	Documento de Comprovação
20228079	02/04/2019 09:11	<a href="#">9.DOCUMENTO DO VEÍCULO</a>	Documento de Comprovação
20228088	02/04/2019 09:11	<a href="#">10.DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DO IML</a>	Documento de Comprovação
20228094	02/04/2019 09:11	<a href="#">11.PRIMEIRO ATENDIMENTO E PRONTO MÉDICO I</a>	Documento de Comprovação
20228099	02/04/2019 09:11	<a href="#">12.PRONTO MÉDICO II</a>	Documento de Comprovação
22850906	23/07/2019 16:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA

**JOSÉ JAILSON DANTAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 2.878.076 - SSP/PB e do CPF nº. 089.007.164-09, residente e domiciliado no Sítio Cordeiro, s/n, Zona Rural, Pedra Lavrada-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB, onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:



# AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE IN DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO [

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

## PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "**direito e garantia fundamental**" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

## DOS FATOS

Que no dia 12/09/2016, o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) referentes ao Sinistro nº. 3160482194 sob a invalidez permanente apresentada na **estrutura craniofacial**.



É certo que o requerente no dia 25 de março do ano de 2016, por volta das 16h00min, foi vítima de acidente de trânsito. Ocorre que o mesmo encontrava-se transitando sobre uma estrada carroçável que liga o Sítio Canoa de Dentro ao Sítio Cordeiro, ambos localizados no município de Pedra Lavrada-PB, na condução de uma motocicleta Honda CG 125, ao momento em que chegou em determinado ponto da referida estrada, se deparou com uma curva que havia na mesma, vindo a perder o controle do veículo e derrapando, resultando na sua queda ao chão, juntamente com a sua moto. Portanto, em virtude do impacto, a vítima ficou desacordada, chegando a ser socorrido por pessoas que também transitavam pelo mesmo local, ao momento do fato, levando-o até o Hospital de Pedra Lavrada, onde se constatou de início, que o requerente havia obtido traumatismo craniano (**estrutura craniofacial**), necessitando, por esta razão, ser transferido para o Hospital Regional de Picuí, local por onde passou pelos procedimentos médicos adequados, sendo submetido, de imediato, a intervenção cirúrgica na face. Contudo, o requerente permaneceu impossibilitado de exercer suas funções habituais por alguns dias, em decorrência de seu tratamento na região afetada pelo impacto sofrido ao momento do acidente automobilístico.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 029/2016 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí-PB, o requerente conduzia o veículo/motocicleta: HONDA CG 1225, cor Cinza, ano/modelo 1996, placa MMO 8273/PB, CHASSI 9C2JC250TTR029248, licenciada em nome de JOSÉ GALDÊNCIO CORREIA DE ARAÚJO.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido por pessoas/testemunhas, as quais o socorreram para o Hospital de Pedra Lavrada e logo em seguida foi encaminhado para o Hospital Regional de Picuí-PB.

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente do requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) para invalidez parcial. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente de repercussão média, deveria receber R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) correspondentes a uma invalidez permanente parcial, e não os R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais)** Razão pela qual essa presente ação foi proposta.



## DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

*II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:



*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0,5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso.*



*Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74, Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente,*



*total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

-

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

-

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

## ANEXO





(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</b>	<b>70%</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%



Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas por lesão de estrutura craniofacial (100% - cem por cento) de média intensidade**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente à sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus à diferença pleiteada.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia



médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:



11545910 - AGRADO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexos causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização



mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)



Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

**a.** A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente **em estrutura craniofacial**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), de uma invalidez permanente total.

**b.** Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

**c.** Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

**d.** Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC, porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja ofertada uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento)



no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido à perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil quatrocentos reais).

Nesses Termos,

Pede deferimento.

Picuí-PB, 02 de abril de 2019.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13220



## **Anexo 01**

-

### **QUESITOS**

-

**1)** *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

**2)** *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

**3)** *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

**4)** *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

**5)** *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*





-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

**Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	



Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100% (CEM POR CENTO)
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25



Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---	----





TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante José Jailson Dantas  
brasileiro, Solteiro agricultor portador (a) do RG nº 2.878.076  
expedido por BSP/PR e CPF nº 089.007.164-09 residente e  
domiciliado(a) na(o) Sítio Cordeiro  
nº 511 Bairro zona rural Cidade Pedra Branca UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e  
advogados os Bels. NILO TRIGUEIRO DANTAS, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito  
na OAB-PB sob nº. 13.220 e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, DIJANIellySON MONTEIRO  
NOBREGA, inscrito na OAB/PB sob nº. 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço  
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E",  
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em  
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo  
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras  
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,  
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem  
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 17 de junho de 2016.

x José Jailson Dantas  
Outorgante p

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com







LUIS FLOR DE VALENCIA  
SIT CORDEIRO, S/N - AREA RURAL  
PEDRA LAVRADA / PB CE - 58180000 (AG 80)

ENERGISA PARÁIBA - DIS: RIBUI - JRA DE ENERGIA SA  
Classe/Subcl: RURAL / COLETIVIDADE RURAL MONOFÁSICA Pr 230, Km 25 - Círculo Redentor - Jaz. Pass. - JPB - C: P 580V 1-690  
Roteiro: 14 - 83 - 730 - 1580 Referência: Mar / 2016 CNPJ 09.095.183/0-01-40 Insc Est 16.015.323-0  
MPredador: 00000922672 Emissão: 23/03/2016 Nota Fiscal / Contador: 121611-001 019556  
Código para Débito Automático: 00010424810

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1042481-0

Mar / 2016

Canal de contato

Apresentação

23/03/2016

Data prevista da próxima leitura

25/04/2016

CPF/CNPJ/RANI

Insc. Est.	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
	Data	Leitura	Data	Leitura	
91803101415	23/02/16	5352	23/03/16	5369	1
Faturas em atraso					5
					29
Demonstrativo					
08/12/2007	7,34				
Descrição					
Custo de Disponibilidade				Quantidade	Preço
Adic. B Vermelha					11,78
Adic. B Amarela					11,78
Subsídio					11,78
ICMS					11,78
PIS					11,78
COFINS					11,78
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS					11,78
Devolução Subsídio					-11,78

Histórico de Consumo (kWh)

Fev/16	8
Jan/16	7
Dez/15	6
Nov/15	5
Out/15	10
Set/15	15
Ago/15	15
Jul/15	13
Jun/15	15
May/15	15
Abr/15	19
Marc/15	15

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR
ICMS	17,24	18,00	3,10
PIS	17,24	1,1100	0,19
COFINS	17,24	5,0000	0,86
VENCIMENTO			TOTAL A PAGAR

Média dos últimos meses

31/03/2016

R\$ 13,48

RESERVA AO FISCO

0025.bc90.785e.fe35.c111.6aa0.8dfd.d461.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIGIOMENSAL	11,80	
DIGIOMENSAL	23,19	
DIGIOMENSAL	46,38	
DIGIOMENSAL	7,60	
DIGIOMENSAL	15,19	
DIGIOMENSAL	30,38	
DIGIOMENSAL	6,05	
DIGIOMENSAL	16,80	
	2,58	
	1,00	
	2,58	

Composição de valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia	4,88	7,03
Compra de Energia	5,57	10,11
Encargos de Transmissão	0,57	1,19
Encargos Sociais	1,46	6,56
Impostos Diretos e Indiretos	4,18	4,13
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	17,24	100,00

Valor do EUSO (Rel. / 2016) R\$ 4,6

ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso os "DÉBITOS ANTERIORES", já reavaliados, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decorrer do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Subvenção DEC 7.881/13 R\$ 3,76

- Leitura confirmada

x José Jailson Dantas



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/04/2019 09:11:16

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040209093302000000019677843

Número do documento: 19040209093302000000019677843

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, José Jailson Dantas,  
RG nº 2.818.076, data de expedição 03/05/2001 Órgão  
SSP/PB, CPF nº 059.007.164-09, venho perante a este  
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em  
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo  
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Cordeiro</u>
Número	<u>510</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Zona rural</u>
Cidade	<u>Pedra Branca</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.180-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 98852-4690</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí PB, 17 de junho de 2016

Assinatura do Declarante: x José Jailson Dantas



**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Jose Jailson Dantas  
brasileiro(a), solteiro, agricultor, portador do  
RG nº 2.878.076 expedido por SSP/PB e do CPF nº  
089.004.184-09, residente  
na(o) Sítio corduro,  
município de Pedra Branca - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA  
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picui - PB, 17 de junho de 2016.

x Jose Jailson Dantas

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983  
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.  
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando  
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação  
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel /Hélio Beltrão





**SINISTRO 3160482194 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JOSE JAILSON DANTAS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624**BENEFICIÁRIO** JOSE JAILSON DANTAS**CPF/CNPJ:** 08900716409**Posição em 01-03-2019 11:18:39**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
12/09/2016	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB  
DELEGACIA DE PICUI  
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 – Centro, Picuí/PB  
CEP: 58.187-000 – Telefone: (83)3371-2324

## C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 029/2016

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 01/2016, o Registro n.º 29/2016, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos **dezesseis** dias do mês de **junho** do ano de **2016**, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel(º). Fernando Antônio Zoccola Ferreira**, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15h50min, compareceu **JOSÉ JAILSON DANTAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Picuí/PB, nascido aos 21/01/1987, filho(a) de João Francisco Neto e Maria das Neves de Valence, residente no Sítio Cordeiro, Zona Rural de Pedra Lavrada/PB, **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 25 de março de 2016 por volta das 16h, o comunicante deslocava-se pilotando na estrada carroçável que liga o Sítio Canoa de Dentro, Zona Rural de Pedra Lavrada/PB ao Sítio Cordeiro, Zona Rural do município de Pedra Lavrada/PB, na motocicleta Honda CG 125, cor cinza, ano/modelo 1996, placa MMO 8273/PB, CHASSI 9C2JC250TTR029248, licenciada em nome de José Galdêncio Correia de Araújo, quando diante de uma curva perdeu o controle da motocicleta e derrapou; Que a motocicleta caiu e o comunicante bateu com o lado direito do rosto no chão e ficou desacordado; Que as testemunhas passaram no local do acidente e socorreram o declarante até o Hospital de Pedra Lavrada; Que o declarante sofreu traumatismo na face; Que foi transferido para o Hospital Regional de Picuí, onde foi submetido a cirurgia devido aos ferimentos causados pelo acidente motociclistico. O referido é Verdade e Dou fê.

Picuí/PB, 16 de junho de 2016.

x José Jailson Dantas  
COMUNICANTE:

x José Carlos Paulino da Silva  
JOSÉ CARLOS PAULINO DA SILVA

TESTEMUNHA 1 RG 2.878.075 SSP/PB, Sítio Cordeiro, Zona Rural de Pedra Lavrada/PB.

x Severino Freire de Azevedo  
SEVERINO FREIRE DE AZEVEDO

TESTEMUNHA 2 RG 1.348.646 SSP/PB, Sítio Cordeiro, Zona Rural de Pedra Lavrada/PB.

*por nome de*  
APC/03  
16/06/2016



## DECLARAÇÃO DO CONDUTOR/PASSEIRO DE VEICULO

Eu, Jose Jilson Dantas, RG: 2878 076 CPF: 089.  
007.164.09 residente e domiciliado na sítio cordeiro - zona  
rural, Cidade de Pedra Bonita no Estado do PB

venho por meio deste, informar que sofri um acidente de  
motocicleta de propriedade de terceiro, que deixa de repassar a declaração do  
proprietário do veículo informar tendo em vista que o mesmo esta em local incerto,  
razão pela qual junta referida declaração que firmo, declaro ainda os dados de  
veículo conduzido por mim.

Nome do proprietário: Jose Galdemiro Correia de Araujo

Ano: 1996

Placa: MNO 8273/PB

Chassi: 9C2JC250T1029248

Data do acidente: 25/03/2016

Diante do exposto, com a carência de provas documentais por parte dos  
órgãos governamentais acima não poderá implicar no não recebimento da  
indenização do Seguro DPVAT.

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas  
penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Local/Data Picui - PB, 17 de junho de 2016



Jose Jilson Dantas

Assinatura

PICUI CARTORIO 2 OFICIO

Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:  
JOSE JAILSON DANTAS  
Dou fé, Picui/PB - 17/06/2016  
Escrevente: LUCIANO ITALLO ARAÚJO DANTAS  
Emol R\$ 8,49, FARPEN R\$ 0,25, MP R\$ 0,14, FEPJ R\$ 1,66  
Selo Digital: ADB66743-12XZ  
Acesse o site <https://selodigital.tjpb.jus.br>

2º TABELIONATO PÚBLICO  
LUCIANO ITALLO ARAÚJO DANTAS  
ESCREVENTE  
Comarca de Picuí - Paraíba





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRT - DEPAR 1007436-0  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

DE-1007436-0  
PB Nº 310290956

1 6541 6052

JOSE GALDENCIO CORREIA DE ARAUJO

FELIX DANTAS DE FREITAS 08

8040000 SAPE - PB

1427750491

MM08273

1996

9

9C2JC250TTR0E9248

PREMIO TOTAL (R\$)

PA 60

CÓDIGO CORRECTOR SUSP

RESERVA DE DOMÍNIO

SAPE - PB

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

CONSORCIO DE SEGURO OBRIGATORIO DE BOMBS PESSOAIS CAUSADOS  
VEICULOS AUTOMOTORES DE TERRESTRES

PB Nº 310290956 BILHETE DE SEGURO DE

JOSE GALDENCIO CORREIA DE ARAUJO

FELIX DANTAS DE FREITAS 08

8040000 SAPE - PB

1427750491

MM08273

1996

9

9C2JC250TTR0E9248

PREMIO TOTAL (R\$)

PA 60

CÓDIGO CORRECTOR SUSP

RESERVA DE DOMÍNIO

SAPE - PB

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Jose Dailson Dantas, portador da carteira de identidade nº 2.878.076 e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.007.164-09, residente e domiciliado na Sítio corduro Cidade Pedra Lavrada, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

x Jose Dailson Dantas

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Picui - PB, 17 de junho de 2016

Local e data









**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**  
Rua Francisco Pereira Gomes, 15- Monte Santo  
CEP: 58.187-000 Fones: (83) 3371-2554 /2990  
Picuí PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº do Docum. 19 2878076

# ARQUIVO MÉDICO

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: Pedra Branca Est. Civil: solte.

PREENCHIMENTO MÉDICO

Internado em 05/05/16 Alta em 05/05/16

~~Buteo Maxilla Obispo~~





## FICHA DE ANESTESIA

**Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"**

AGENTES COMUNITÁRIOS	
CÓDIGO	220
Anestesia X	200
Oper. Inturb T	180
	160
Endotr Pres A	140
Distal Pulso O	120
Resp. RA	100
Assit. Resp. RE	80
Excent. Resp. RC	60
	40
Contr.	20

**Pré-anestésico:**

Anestesia: ☐ Geral ☐ Raquiana ☐ Peridural ☐ Bloqueio de Plexo ☐ Outras

### Técnica:

**Início:**

**Término:**

### Venóclise:

**Duração minutos:**

## AGENTES-DOSES

# LÍQUIDO

ML

MIDA ZONA 10  
FENTANI 100  
OMANSERONA 40  
DANTROLNA 50  
DEOALETA ZONA 10  
RUSEOPAN COMP 1A

$S = P_{1500} (10\%)$

2006

**OBS.:**

Antonio Carlos Vieira  
Anestesiologista  
CRM - PB 3997





**DESCRIÇÃO DE CIRURGIA**

Nome do Paciente: <u>João Jackson Dantas</u>		
Data da operação: <u>02/04/19</u>	Enf.:	Leito:
Operador: <u>Dr. Edgley</u>		1º Auxiliar:
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista: <u>Dr. Juiuk</u>		Tipo de Anestesia: <u>local</u>
Diagnóstico Pré-operatório:		
<u>Fratura de zygoma D + arco zigomático D</u>		
Tipo de operação:		
<u>Redução aberta + osteossíntese com miniplaca</u>		
Diagnóstico Pós-operatório:		
<u>O mesmo</u>		
Relatório Imediato do Patologista:		
<u>sem lesão</u>		
Exame Radiológico no Ato:		
<u>sem lesão</u>		
Acidente durante a operação:		
<u>sem lesão</u>		

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceral

1. Acesso extra-bucal pré-auricular
2. Incisão linear
3. Divisão dos planos fasciais
4. Exposição dos fragmentos de fratura de zygoma D + arco zigomático D
5. Redução aberta das fraturas
6. Osteossíntese com miniplaca e 2. O RGA 06
8. furto e 6 para furto críticos
7. Sutura dos planos com fio vicryl 4.0
8. Sutura da pele com fio mononylon 4.0
9. Curativos compressivos.

Dr. Edgley Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
BUCA-Maxilo-Facial  
CRO-PB 3848 CBO 22320





## EVOLUÇÃO

Nome: José Jailson Dantas Idade: 29 Reg: 71164  
Serviço: C. Cirúrgica Diagnóstico: Fratura de Zygoma Local: 20702

Data	Evolução
06.05.16	1º DPO: Paciente apresenta evolução satisfatória com o pós-operatório, edema em face de abcesso, drenagem em face de regurgitação. Injetado à fratura de curativo compressivo ed: Fazia Rx entre os pós-operatórios
07.05.16	Alta Hospitalar. Quando se melhorado submetido à redução e fixação de fratura de zygoma D+ curvo zigoma D+ restrição com implante 2-0 suture de 8 fios + 6 para fios estéticos. Amintido para o pós-operatório.

Dr. Edgley Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
Bucco-Maxilo-Facial  
CRO-PB 3848 CBO 223268

Dr. Edgley Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
Bucco-Maxilo-Facial  
CRO-PB 3848 CBO 223268





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Trigo Gomes"



SISTEMA ÚNICO

## EVOLUÇÃO

Nome: Jose Wilson Pintas Idade: 29 Reg.: 4716  
Serviço: \_\_\_\_\_ Diagnóstico: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_


Data	Evolução
05.	<u>Bucmaxilo facial</u>
05. 16	<p>Requirto intra de acidente de trânsito (SIP), exposto em trauma/lesão na face.</p> <p>AO ex. físico: presença de equimose unilateral D, de ferimento de cerca traumática em região de arco zigomático D.</p> <p>AO ex. radiográfico: imagem compatível com fratura de zigom D e arco zigomático D.</p> <p>HP: Fratura de zigom D + arco zigomático.</p> <p>ed: Imaturo para cirurgia.</p> <p>OPS: Paciente não refere dor e medicação.</p> <p>Exames realizados: Hemograma, coagulograma, glicemia em jejum, ECG + auscultação, Rx face.</p>
05.	
05.	
16.	<p>Submetido à redução e cruro de fratura de zigom e arco zigomático e costura com náplac 20 sets de 8 pontos + 6 pontos curativos.</p>

Dr. Edleys Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
BUCCO-MAXILO-FACIAL  
CRO-PB 3848 CBO 22326

Dr. Edleys Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
BUCCO-MAXILO-FACIAL  
CRO-PB 3848 CBO 22326





 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b> 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>			2 - CNES <b>2757710</b>
<b>Identificação do Paciente</b> 5 - NOME DO PACIENTE <b>Jose Gaielson Dantas</b>			6 - N° DO PRONTUÁRIO <b>44.164</b>
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <b>904 004834392238</b>	8 - DATA DE NASCIMENTO <b>21.01.87</b>	9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	10 - RAÇA/COR <b>Parda</b>
11 - NOME DA MÃE <b>Maria das Neves de Salence</b>		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) N° DO TELEFONE	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>o mesmo</b>		13 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) N° DO TELEFONE	
15 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO) <b>St. Pordine</b>			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Pedra Bonhada</b>		17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO <b>251110</b>	18 - UF <b>PB</b>
		19 - CEP <b>58.180-000</b>	
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b> 20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>trauma intra de acidente de moto (s/p), apresentando fratura de zigo - D + arco zigom.</b>			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>D ap cirurgia</b>			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>Ex. físico + Rx</b>			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <b>fratura de zigo D</b>		24 - CID 10 PRINCIPAL <b>S02-4</b>	25 - CID 10 SECUNDÁRIO <b>S02-4</b>
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b> 27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <b>Red. ementa + osteossin Rx</b>			
28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0404020704</b>		29 - CLÍNICA <b>emerg</b>	
30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO <b>emerg</b>	31 - DOCUMENTO ( ) CNS (x) CPF	32 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <b>04638888888888888888</b>	
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <b>Dr. Edgley R. B.</b>		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>30/06/2016</b>	
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>			
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO 37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	39 - CNPJ DA SEGURADORA 42 - CNPJ DA EMPRESA	40 - N° DO BILHETE 43 - CNAE DA EMPRESA	41 - SÉRIE 44 - CBOR
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURO			
<b>AUTORIZAÇÃO</b>			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - Cód. ORGO EMISSOR	52 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
48 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	49 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		51 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	





SUS

ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CCG/CPF: 08.778.268.0001/60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SANTO

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAÍBA UF: 25

Nome: JOSE JAILSON DANTAS

Raça/Cor: PARDA

Dt. Nasc: 21/01/1987 Idade: 29 ano(s) mês(es) de Idade dia(as) de Idade Sexo: M

Mãe: MARIA DAS NEVES VALENCE

Profissão: AGRICULTOR(A)

Endereço: SÍTIO CORDEIRO

Bairro: ZONA RURAL

Município/CEP/IBGE: PEDRA LAVRADA / 58.180-000 / 251110

Telefone para contato: (83) 8774-3889 /

Data e Hora: 20/03/2016 08:40:10

CNS: 161797668600002

SSVV

PA: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

TEMP:

diagnóstico: fratura de zygoma + env. zygoma

procedimento: cirurgia de zygoma + env. zygoma

medicação: 1. PRESCRITA 2. APL/CADA

ENCAMINHAMENTO: OBSERVAÇÃO RESIDÊNCIA OUTRO HOSPITAL ÓBITO

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1- 2-

Dr. Edgley Porto

Clínica de Cirurgia e Traumatologia

Buco-Maxilo-Facial

(CRO-PB 3848) - CRO-PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1.

2.

3.

4.

01 - ELETIVO

02 - URGÊNCIA

03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

fratura de zygoma + env. zygoma

diagnóstico: fratura de zygoma + env. zygoma

medicação: 1. PRESCRITA 2. APL/CADA

ENCAMINHAMENTO: OBSERVAÇÃO RESIDÊNCIA OUTRO HOSPITAL ÓBITO

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1- 2-

Dr. Edgley Porto

Clínica de Cirurgia e Traumatologia

Buco-Maxilo-Facial

(CRO-PB 3848) - CRO-PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO

CARIMBO



GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) José Jailton Dantas portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 17 horas, submetido(a) a red. emuls. fr. 3x2 - 0 portador da patologia CID-10 302.4, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 dias, a partir desta data.

Picuí, 05.05.16

Dr. Edgley's Porto  
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA  
Bucco-Maxilo-Facial  
CRM 223266

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0800186-95.2019.8.15.0271**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Defiro a justiça gratuita.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se **independentemente de novo despacho**.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**

